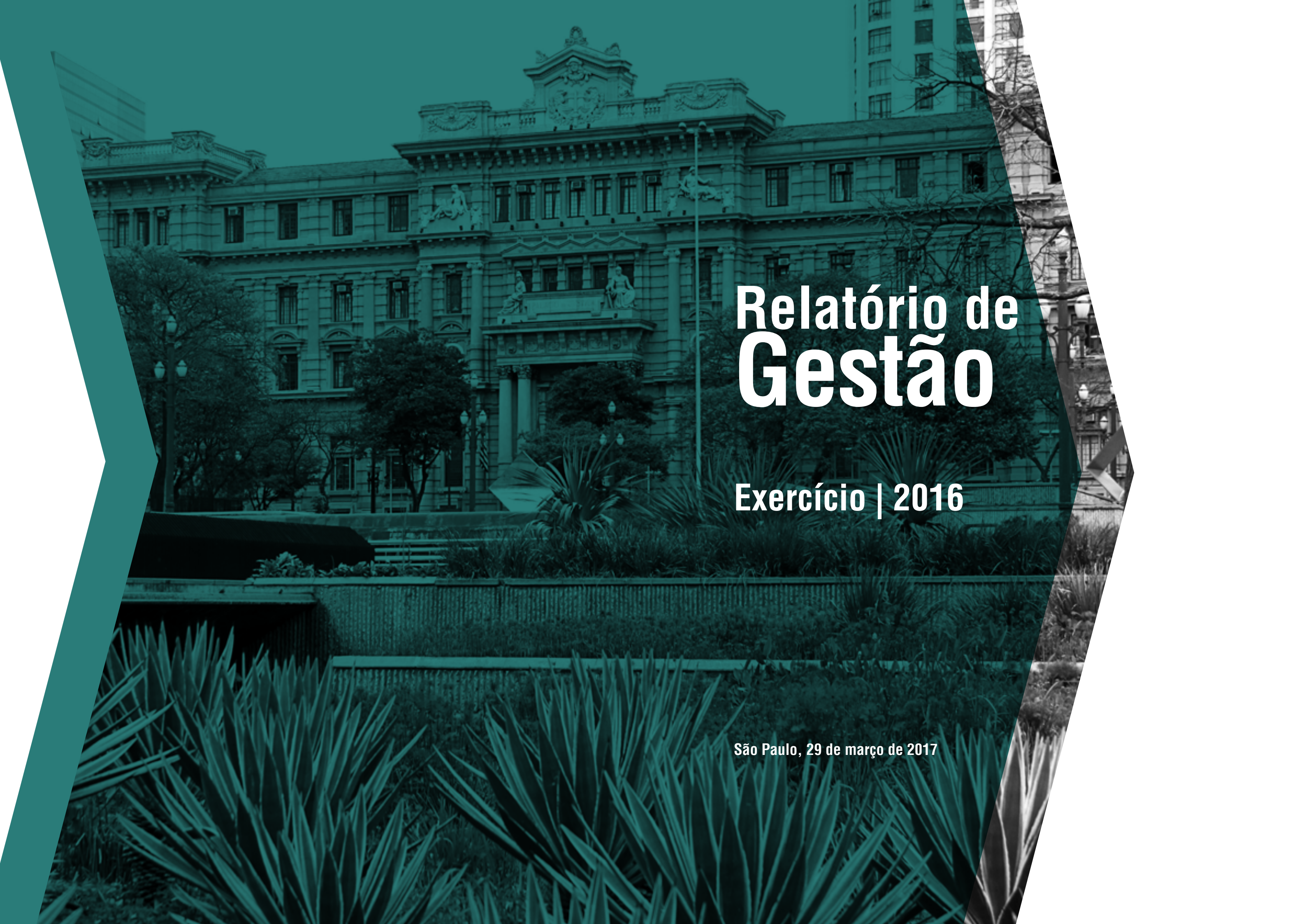


Relatório de Gestão

Exercício | 2016

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Relatório de Gestão

Exercício | 2016

São Paulo, 29 de março de 2017



Elaboração e consolidação

Gabinete Civil
Secretaria de Abastecimento
Secretaria de Administração
Secretaria da Área da Saúde
Secretaria de Gerenciamento de Recursos Humanos
Secretaria Judiciária
Secretaria da Magistratura
Secretaria de Orçamento e Finanças
Secretaria de Planejamento Estratégico
Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
Secretaria da Presidência
Secretaria da Primeira Instância
Secretaria de Tecnologia da Informação
Diretoria de Controle Interno

Apresentação

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo apresenta o Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2016, nos termos do artigo 26, II, r, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Para além de representar instrumento anual de prestação de contas, o documento tem por finalidade assegurar a transparência da gestão, permitindo a todos os interessados o acompanhamento das ações desenvolvidas e resultados alcançados pela Administração desta Corte Bandeirante.

O trabalho tem início com a apresentação dos quantitativos de recursos físicos e financeiros, despesas e receitas realizadas ao longo do exercício de 2016, bem como dos indicadores de movimentação processual, produtividade, congestionamento, tempo de duração de processos e atendimento à demanda, nos termos da disciplina inscrita na Resolução nº 76/2009, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seguida, são apresentadas as ações em cada área de atuação administrativa.

No que tange ao Orçamento e Finanças, sintetizam-se os resultados contábeis do exercício. Prossegue-se com a apresentação da estrutura judiciária atual, quadro de servidores e ações implementadas na área de Recursos Humanos. Apresentam-se as iniciativas da Administração Predial, com especial destaque à segurança. A seguir, são relacionadas as inovações efetivadas pela Tecnologia da Informação e os quantitativos operados na área de Abastecimento. Exibidos os dados de movimentação processual e produtividade do Judiciário paulista, passam-se a listar medidas de planejamento e procedimentos de auditoria efetivados. Sessões do Órgão Especial e Conselho Superior da Magistratura, bem como notas técnicas abordando questões de relevo para a Justiça são quantificadas. Por fim, são apresentados os procedimentos na área de Comunicação interna e externa, incluídas ações de saúde, viagens institucionais, mensagens e campanhas.

Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Missão

Resolver conflitos da sociedade, no âmbito de sua competência, para preservação dos direitos, por meio do julgamento de processos ou de métodos adequados.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como um Tribunal moderno, célere e tecnicamente diferenciado, tornando-se um instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

Valores

Legalidade
Impessoalidade
Moralidade
Publicidade
Eficiência

SUMÁRIO

1. Poder Judiciário do Estado de São Paulo em números 11

1.1. Estrutura do Tribunal de Justiça de São Paulo 13

1.2. Recursos Financeiros e Humanos	13
1.2.1. Despesa e receitas totais	13
1.2.2. Despesas com pessoal	14
1.2.3. Força de trabalho	15
1.2.3.1. Magistrados	16
1.2.3.2. Servidores	16

1.3. Índices de produtividade	17
1.3.1. Índice de produtividade por magistrado e por servidor	19
1.3.2. Taxa de congestionamento e índices de atendimento à demanda	20
1.3.3. Cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário	22

1.4. Gestão do Desempenho	23
1.4.1. Projeto 100% Digital	25
1.4.2. Expansão do Cartório do Futuro	28
1.4.3. Programa Justiça Bandeirante	30
1.4.3.1. Projeto INFRAJUS	32
1.4.4. Programa Judiciário Eficiente	33
1.4.5. Plano de Logística Sustentável	34

2. Atividades e Resultados no Exercício de 2016	39
2.1. Orçamento e Finanças	39
2.2. Estrutura Judiciária	40
2.3. Servidores	42
2.4. Administração Predial	43
2.4.1. Segurança Predial	43
2.5. Tecnologia da Informação	45
2.5.1. Ações de TI e Sistemas de Primeiro Grau	45
2.5.2. Ações de TI e Sistemas de Segundo Grau	46
2.5.3. Ações de TI e Sistemas Administrativos	46
2.5.4. Infraestrutura de informática	48
2.6. Abastecimento	50
2.7. Ações voltadas ao Primeiro Grau	50
2.8. Ações voltadas ao Segundo Grau	51
2.9. Planejamento	52
2.9.1. Unidade de Gerenciamento de Projetos	52
2.9.2. Painel de Gestão	52
2.9.3. Expedientes eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça	52
2.10. Diretoria de Controle Interno	53
2.11. Conselho Superior da Magistratura e Órgão Especial	53
2.12. Manifestações técnicas	54
2.13. Comunicação Interna e Externa	55
2.14. Diálogo com os servidores	59
2.14.1. Canal Direto com o Presidente	59
2.14.2. Informação e Formação	59
2.15. Viagens Institucionais	64
CONCLUSÃO	68



1. O Poder Judiciário do Estado de São Paulo em números

A Justiça próxima do cidadão. Esta é a convocação que deu a tônica da atuação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 2016.

Para atender a tal chamado, entretanto, é preciso que todos aqueles que participam do processo de distribuição da Justiça tenham acesso aos principais indicadores de desempenho de nossa Corte: orçamento, recursos humanos e litigiosidade, informações que balizam as decisões da Administração, respaldando a implantação de projetos e programas.

As informações aqui apresentadas antecipam aquelas encaminhadas ao Relatório Justiça em Números, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça e regido pela Resolução CNJ nº 76, de 12 de maio de 2009. São dados que, como se verá a seguir, confirmam a grandiosidade do Judiciário paulista e a extrema dedicação de seus magistrados e servidores no compromisso institucional de pacificação dos conflitos.

319

COMARCAS

- 1ª RAJ Grande São Paulo
- 2ª RAJ Araçatuba
- 3ª RAJ Bauru
- 4ª RAJ Campinas
- 5ª RAJ Presidente Prudente
- 6ª RAJ Ribeirão Preto
- 7ª RAJ Santos
- 8ª RAJ São José do Rio Preto
- 9ª RAJ São José dos Campos
- 10ª RAJ Sorocaba

R\$

222,28

Judiciário/cidadão
custo médio

1.1.Estrutura do Tribunal de Justiça de São Paulo

Com sede na capital e jurisdição em todo o território estadual, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é, atualmente, constituído por 319 Comarcas, organizadas em 56 Circunscrições Judiciárias (CJ), subdivididas em 10 Regiões Administrativas Judiciárias (RAJ's):



1.2.Recursos Financeiros e Humanos

1.2.1. Despesa e receitas totais

No ano de 2016, a despesa total do Tribunal de Justiça, no valor equivalente a R\$ 9.947.064.512,30, foi ligeiramente inferior àquela registrada no exercício anterior, equivalente a R\$ 10.085.769.619,00.

No mesmo período, foram arrecadados pela Justiça com custas, emolumentos e outras taxas R\$ 3.728.651.594,93.

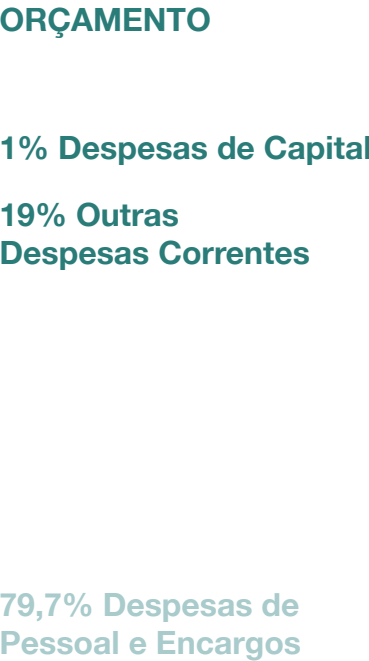
Adotadas, como referência, essas duas grandezas, possível afirmar que, no ano de 2016, o Judiciário custou a cada cidadão paulista cerca de R\$ 222,28.



1.2.2.
Despesas com pessoal

Ao detalhar as despesas com recursos humanos, responsáveis pela maior parte dos gastos do Tribunal de Justiça de São Paulo (79,7%), observa-se que 97% desses gastos destinam-se ao custeio de magistrados e servidores, ativos e inativos, abrangendo remuneração, proventos, pensões, encargos, benefícios e outras despesas indenizatórias, como demonstrado abaixo:

97%
Despesas
com RH
em relação
à Despesa Total



Os quadros abaixo representam numericamente os valores correspondentes às receitas recebidas pelo Tribunal de Justiça e as despesas realizadas com recursos humanos no ano de 2016:

Receitas do TJSP	
Tipo de receita	Valor
Recolhimentos diversos	R\$ 3.728.651.594,93
Receita decorrente de Execuções Fiscais	R\$ 664.477.328,40
Receitas de Imposto Causa Mortis nos inventários/arrolamentos	R\$ 1.249.577.121,00

Despesas com Recursos Humanos	
Tipo de despesa	Valor
Despesa com pessoal e encargos	R\$ 7.800.630.153,97
Despesas indenizatórias	R\$ 842.472.386,50
Benefícios	R\$ 556.127.112,35
Terceirizados e estagiários	R\$ 447.188.974,48

1.2.3. Força de trabalho

Para estudo da força de trabalho, foram analisadas três categorias distintas:

- 1) Magistrados, que abrangem os juizes de direito e os desembargadores;
- 2) Servidores, que abrangem o quadro efetivo, os requisitados e os cedidos de outros órgãos, pertencentes ou não à estrutura do Poder Judiciário, além dos comissionados sem vínculo efetivo. Excluem-se os servidores do quadro efetivo que estão requisitados ou cedidos para outros órgãos;
- 3) Os trabalhadores auxiliares, que abrangem os terceirizados, os estagiários, os juizes leigos e os conciliadores.

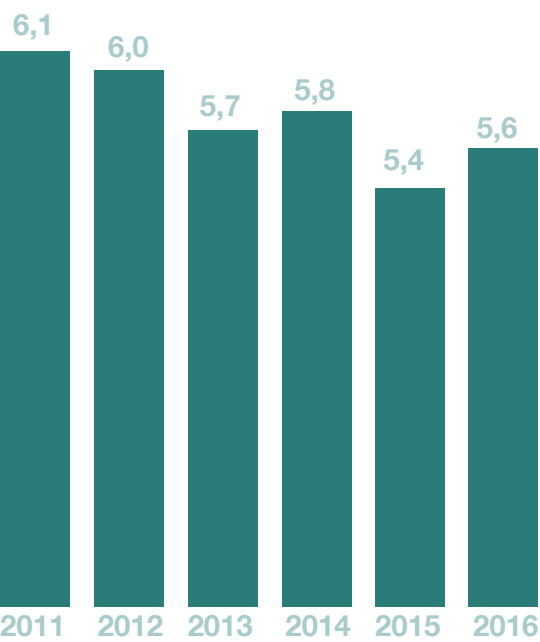
Em 2016, a força de trabalho do Tribunal de Justiça de São Paulo era composta majoritariamente por:



1.2.3.1. Magistrados

Do total de magistrados na ativa (2.544), 82.66% deles são juizes de Direito (2.103), 3,26% juizes substitutos de Segundo Grau (83) e 14,07% desembargadores.

Analisando a relação do quantitativo de magistrados por 100 mil habitantes, conclui-se que o Judiciário paulista tem mantido estável seu quadro já há alguns anos:



Magistrados por 100 mil habitantes

1.2.3.2. Servidores

Em relação aos servidores, ao final de 2016, o Tribunal de Justiça de São Paulo contava com uma equipe de 44.733 servidores. São 35.973 os servidores lotados na área Judiciária, que retém 84% da força de trabalho, restando 16% na área Administrativa. Dentre os que atuam diretamente na tramitação do processo, 32.096 estão no Primeiro Grau de jurisdição:

Servidores
TJSP

84%
área judicial

32.096
1ª instância

3.877
2ª instância

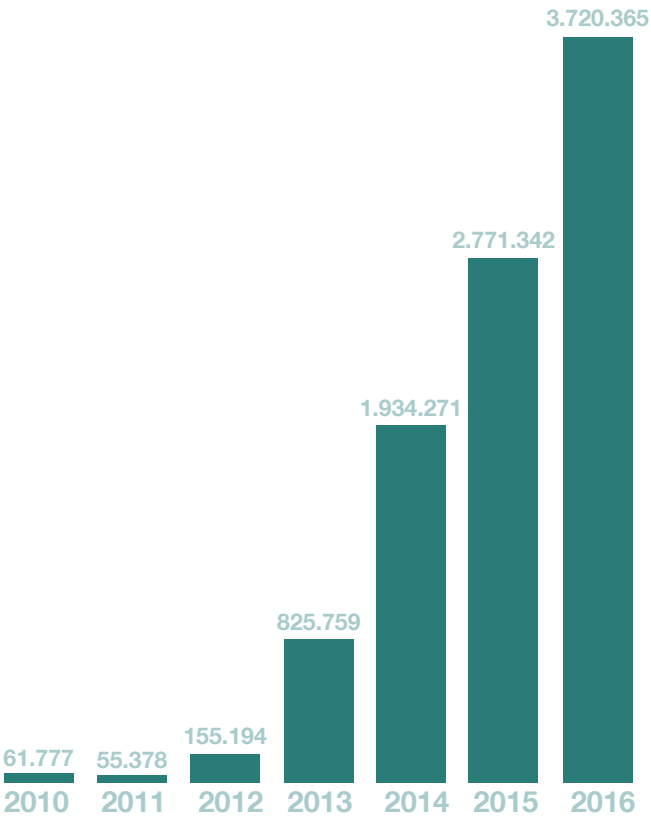
1.3. Índices de produtividade

O Tribunal de Justiça de São Paulo finalizou o ano de 2016 com um estoque de aproximadamente 20 milhões de processos. No exercício, foi alcançado o maior índice de processos baixados/ano em sua série histórica:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Casos Novos	5.284.060	5.262.768	5.811.195	5.732.693	5.788.616	4.759.971	5.208.309
Casos Pendentes de Baixa	19.284.820	19.330.397	19.597.206	20.363.485	19.819.753	20.011.681	20.286.728
Baixados	4.171.750	5.030.932	5.490.689	4.881.642	5.320.041	5.355.099	5.685.847

Observe-se que entre os anos de 2010 e 2016 houve significativo aumento do número de processos baixados (ou definitivamente encerrados), quantitativo que resulta da conjugação de esforços de magistrados e servidores, bem como da implantação de programas voltados à otimização das rotinas de trabalho - como é o caso recente do Judiciário Eficiente e do Justiça Bandeirante de que trataremos no próximo item.

Acrescente-se, ainda, a finalização do projeto 100% Digital, que tornou a Justiça do Estado de São Paulo pioneira na completa virtualização da entrada de casos novos: em 2016, foram 3.720.365 casos novos virtuais, mais de 50 vezes o número apresentado no início da série histórica (61.777 em 2010).



A tabela abaixo discrimina, com maior precisão, o número de casos novos, pendentes, baixados e de sentenças proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 2016:



Cn – Casos Novos no TJSP	5.208.309
Cn1º – Casos Novos no 1º Grau	3.625.284
Cn2º – Casos Novos no 2º Grau	853.119
CnTR – Casos Novos na Turma Recursal	106.600
CnJE - Casos Novos nos Juizados Especiais	623.306
Cp – Casos Pendentes no TJSP	20.286.728
Cp1º – Casos Pendentes no 1º Grau	18.384.734
Cp2º – Casos Pendentes no 2º Grau	572.512
CpTR – Casos Pendentes na Turma Recursal	97.649
CpJE - Casos Pendentes nos Juizados Especiais	1.231.833
TBaix – Total de Processos Baixados no TJSP	5.685.847
TBaix1º – Total de Processos Baixados no 1º Grau	4.015.504
TBaix2º – Total de Processos Baixados no 2º Grau	661.809
TBaixTR – Total de Processos Baixados na Turma Recursal	107.137
TBaixJE - Total de Processos Baixados nos Juizados Especiais	901.397
Sent - Total de Sentenças e de Decisões que põem fim à relação processual no TJSP	7.780.986
Sent1º – Sentenças no 1º Grau	5.523.926
Dec2º – Total de Decisões Terminativas de Processo no 2º Grau	806.566
DecTR – Total de Decisões Terminativas de Processo na Turma Recursal	98.415
Total de Sentenças nos Juizados Especiais	1.352.079

1.3.1. Índice de produtividade por magistrado e por servidor

Os Índices de Produtividade dos Magistrados (IPM) e dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) têm apresentado significativo aumento desde 2010. A carga de trabalho, índice que mede o número de procedimentos pendentes ou resolvidos no ano (processos, recursos internos e incidentes) por magistrado e servidor, também tem aumentado proporcionalmente.

Índice de Produtividade dos Magistrados

1663	1996	2172	1952	2073	2217	1975
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016

Índice de Produtividade dos Servidores

95	114	123	107	115	118	112
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016

Ressalte-se, por oportuno, que a sutil redução do índice de produtividade de magistrados e servidores em 2016, se comparado aos dois exercícios anteriores, deve-se, exclusivamente, à nomeação de novos juízes e servidores que, recebendo parte da carga de trabalho suportada pelo antigo quadro humano, terminou por diluir a produtividade individual. Além disso, com a diminuição do estoque de processos antigos (acervo), em cumprimento à Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, a carga de trabalho distribuída entre magistrados e servidores também vem sendo gradualmente reduzida.

1.3.2. Taxa de congestionamento e índices de atendimento à demanda

A taxa de congestionamento mede a efetividade do tribunal em determinado período. Trata-se de indicador construído a partir do total de casos novos, casos baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao período base.

Em razão de seu grande porte, o Tribunal de Justiça de São Paulo tem mantido uma taxa de congestionamento líquida na casa dos 78%. A aferição deste indicador apresenta sensível variação nas várias esferas da jurisdição.

% Taxa de congestionamento

82,07%
1º Grau

46,38%
2º Grau

78,11%
TJSP total

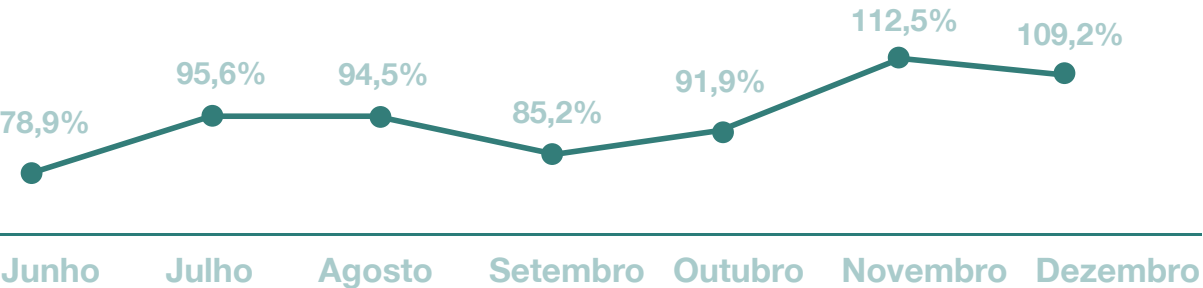


Algo semelhante ocorre no âmbito dos Juizados Especiais, onde é possível observar maior índice de congestionamento nos Juizados – se comparados com o cenário das Turmas Recursais:

47,68%
Turmas Recursais

57,74%
Juizados especiais

O IAD – Índice de Atendimento à Demanda do Judiciário Paulista¹ foi, em 2016, de 109,2%. Nada obstante a ligeira diminuição do indicador em relação ao exercício anterior, o Judiciário de São Paulo prossegue com resultados superiores àqueles apresentados pelos demais tribunais do país: segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, a média do índice de atendimento na Justiça Estadual é de 105,3%; na Justiça do Trabalho, 105%; e na Justiça Federal, 98,2%.



¹ Índice que mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos apresentados em um mesmo período.

1.3.3. Cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

Em 2016, o TJSP avançou no cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário, alcançando, em vários casos, 100% de efetivação:

Cumprimento das Metas Nacionais em 2016	Total de participantes
Meta 1: Julgar mais processos de conhecimento que os distribuídos	100%
Meta 2: Julgar processos antigos	1ºG: 56,6% JE e TR: 61,9% 2ºG: 27,4%
Meta 3: Aumentar os casos solucionados por conciliação	% de Conciliação: 10,4%
Meta 4: Priorizar o julgamento dos processos de corrupção e improbidade administrativa	70,5%
Meta 5: Impulsionar processos à execução - Justiça Estadual	29,4%
Meta 6: Priorizar o julgamento de ações coletivas	1ºG: 87,5% 2ºG 30,5%
Meta 7: Gestão Estratégica das demandas repetitivas	100%
Meta 8: Implementar práticas de Justiça Restaurativa	100%

Fontes: Corregedoria Geral da Justiça, Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, Secretaria Judiciária e Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos.

1.4. Gestão do Desempenho

Num contexto de busca pela maximização de resultados, as instituições precisam lançar mão de ferramentas de gestão de desempenho capazes de integrar estratégia, aprendizagem, competências e indicadores quantitativos e qualitativos.

Em linhas gerais, a gestão do desempenho surge como um conceito às técnicas tradicionais utilizadas para a avaliação de desempenho. Avaliar significa, aqui, comparar os resultados alcançados com aqueles planejados.

No âmbito do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça instituiu, por meio da Resolução nº 198/2014, a Estratégia Judiciária 2020, que estabelece, entre outros pontos, que as Metas Nacionais sejam prioritariamente elaboradas a partir de uma cesta de indicadores nacionais (que todos os órgãos do Judiciário obrigatoriamente têm de medir) e que constam do Relatório Justiça em Números.

Tendo em vista as diretrizes apontadas pelo Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça objetivou, por meio da Secretaria de Planejamento Estratégico, unir práticas de gestão modernas e eficazes, como a gestão por competências e o Balanced Scorecard ² (BSC), em torno de um sistema dinâmico e estratégico e, com isso, constituir um modelo que pudesse promover, de forma mais efetiva, a melhoria do desempenho e o desenvolvimento profissional e organizacional, corrigindo distorções verificadas em instrumentos utilizados anteriormente.

² Por meio do Balanced Scorecard , os objetivos de Orçamento se tornaram a base do financiamento dos demais objetivos, que propiciarão o aprimoramento da gestão de pessoas e da infraestrutura física e de TIC, recursos indispensáveis para apoiar os objetivos relacionados aos processos internos. Pessoas capacitadas com recursos tecnológicos adequados poderão gerir melhor as unidades judiciais e administrativas, aprimorando a comunicação e as atividades entre os diversos setores, aumentando a produtividade e a celeridade dos julgamentos ou reduzindo os casos novos por meio de métodos adequados, trazendo celeridade ao TJSP, com alcance da Visão do Tribunal de Justiça.





Foi então que, por meio da Resolução Órgão Especial nº 706/2015, foi aprovado o **Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, circunscrito na forma do respectivo **Mapa Estratégico 2015-2020**.

O processo de elaboração do Planejamento Estratégico buscou envolver a participação dos mais variados atores, que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com o processo de realização da justiça no âmbito do Estado de São Paulo. Assim, com o mapa estratégico, conquista-se maior controle dos resultados, a fim de verificar se os recursos estão sendo utilizados de forma econômica, eficiente, eficaz, efetiva e equânime, o que garante uma boa gestão administrativa.

Destacaremos algumas das principais ações tomadas ao longo de 2016 no âmbito da Administração do Tribunal de Justiça de São Paulo diretamente relacionadas ao cumprimento das metas inseridas em seu Planejamento Estratégico. Necessário frisar que não foram as únicas ações implementadas, apenas aquelas de maior destaque e repercussão e que melhor caracterizaram a Visão do Tribunal de Justiça: “ser reconhecido nacionalmente como um tribunal moderno, célere e tecnicamente diferenciado, tornando-se um instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social”.

1.4.1. Projeto 100% Digital

O Estado de São Paulo sempre foi referência em desenvolvimento econômico, social e cultural no País. Não é por acaso que o Tribunal de Justiça de São Paulo é o maior da América Latina, com 360 desembargadores, mais de 2 mil magistrados de primeiro grau, quase 50 mil servidores, 20 milhões de processos e 23 mil novas ações todos os dias.

Para garantir eficiência e celeridade no trâmite desse infindável volume de processos, era preciso que o Tribunal de Justiça vencesse um grande desafio: implantar o processo eletrônico nos 331 foros do Estado de modo a viabilizar que todos os novos processos distribuídos fossem digitais: nos anos 2000, 70% do tempo do processo era consumido com a tramitação física de autos.

A implantação do processo eletrônico começou em 2006. No ano seguinte, em junho de 2007, o Tribunal de Justiça instalava o primeiro foro totalmente digital do Brasil: o Foro Regional Nossa Senhora do Ó, com competências Cível e de Família e Sucessões. Logo a seguir, vieram mais seis fóruns digitais: Nazaré Paulista, Ouroeste, Salto do Pirapora, Arthur Nogueira, Buri e Pirangi com todas as competências em fluxo eletrônico.

Procedimentos como a carga física dos processos, subida de petições do protocolo, realização da carga dos autos e juntada física dos documentos começavam a ser substituídos pela agilidade da tramitação eletrônica.

O processo digital elimina a perda de tempo com deslocamentos, dentro e fora do fórum, que oneram o dia a dia de servidores e advogados. Com o novo sistema, tanto o ajuizamento da ação quanto os demais peticionamentos são

feitos diretamente pelo portal na internet, disponível 24 horas por dia, inclusive em fins de semana e feriados.

O processo digital é transparente e seguro. As consultas podem ser feitas de qualquer lugar, sem a necessidade de as partes e advogados irem ao fórum.

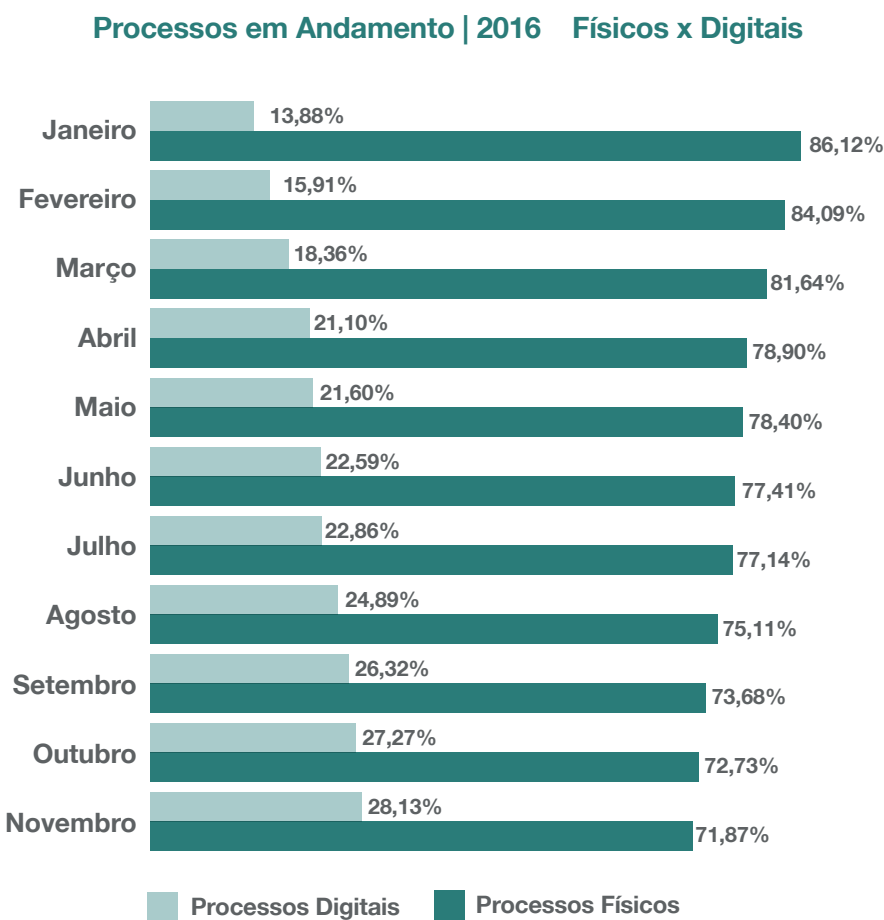
Um dos passos para informatizar o Tribunal de Justiça de São Paulo foi unificar os vários sistemas em funcionamento. Durante a execução do projeto, o SAJ – Sistema de Automação da Justiça foi implantado em todas as varas do Estado. Em 42% delas, implantou-se a tramitação totalmente digital para ações novas.

As estantes abarrotadas de papéis envelhecidos têm dado lugar a ambientes mais organizados e limpos. Além disso, evitam-se deslocamentos de partes e advogados até os fóruns para consultas e acompanhamento dos processos, possibilita-se a melhora na qualidade de vida dos servidores, o aumento na velocidade de tramitação dos processos e na produtividade dos juízes.

De acordo com informações da Secretaria de Tecnologia da Informação, ao final de 2016, cerca de 30% do total de processos em trâmite já eram digitais. Com a reta final do projeto 100% Digital, foi duplicado o número de processos digitais em andamento: de 2.842.195 para 5.661.035.

Considerando-se, ainda, que o ingresso de novas ações deve se dar apenas por meio digital, até o final de 2017 cerca de 50% de todos os processos em trâmite no TJSP já será digital.

Além disso, foi reduzido em 18% o número de processos físicos: de 17.639.869 para 14.464.276 (-3.175.593).



Processos em Andamento 2016 Físicos x Digitais					
Mês	Processos Físicos (%)	Processos Digitais (%)	Processos Digitais em Andamento	Processos em Andamento (MovJud)	Processos Físicos em Andamento
Janeiro	86,12%	13,88%	2.842.195	20.482.064	17.639.869
Fevereiro	84,09%	15,91%	3.249.541	20.420.990	17.171.449
Março	81,64%	18,36%	3.781.915	20.598.724	16.816.809
Abril	78,90%	21,10%	4.337.076	20.553.995	16.216.919
Maio	78,40%	21,60%	4.434.934	20.536.226	16.101.292
Junho	77,41%	22,59%	4.628.420	20.485.837	15.857.417
Julho	77,14%	22,86%	4.681.242	20.477.845	15.796.603
Agosto	75,11%	24,89%	5.084.158	20.430.197	15.346.039
Setembro	73,68%	26,32%	5.306.658	20.159.672	14.853.014
Outubro	72,73%	27,27%	5.478.015	20.086.271	14.608.256
Novembro	71,87%	28,13%	5.661.035	20.125.311	14.464.276

Outro benefício resultante do Projeto 100% Digital é a Juntada Automática, funcionalidade pela qual o sistema SAJ efetua automaticamente todas as etapas de cadastro e juntada de petições diversas, excetuando-se os incidentes.

Em 2016, houve elevado número de petições iniciais e intermediárias que ingressaram pelo Portal E-SAJ:

2016	Iniciais	Intermediárias
Advogados	2.228.902	12.611.169
Ministério Público	16.472	1.992.610
Defensoria	93.836	571.297
Procuradoria Estadual	43.677	679.759
Procuradorias Municipais	828.645	203.686
Outros convênios (Universidades, Secretarias, SAAE etc.)	213.385	223.871
TOTAL	3.424.917	16.282.392

Anote-se, ainda, que o peticionamento eletrônico possibilitou maior mobilidade quanto ao horário de apresentação das petições, de sorte que cerca de 60% destas são inseridas no sistema no período da noite ou da madrugada, facilitando o trabalho de advogados, defensores, procuradores e promotores de Justiça, como é possível observar no quadro abaixo:

Peticionamento Eletrônico - Período/2016		
Período	Quantidade	%
Manhã	3.039.396	16%
Tarde	4.589.792	24%
Noite	11.206.831	59%
Madrugada	148.302	1%
TOTAL	18.984.321	

1.4.2. Expansão do cartório do futuro

Como observado no item anterior, o processo digital modificou a rotina de trabalho nos cartórios judiciais, automatizando inúmeros atos outrora praticados (grampear, furar, juntar, transportar, imprimir, certificar, numerar, carimbar etc.). Em meados dos anos 2000, 70% do tempo do processo era consumido com a tramitação física de autos do processo.

A automação desses atos gerou a redução do tempo de tramitação processual em até 70%, o que implica a necessidade de readequar os fluxos de trabalho de modo a racionalizar investimentos em recursos humanos.

Nesse cenário, surge o Cartório do Futuro.

Implantado em novembro de 2014 com o nome oficial de Unidade de Processamento Judicial (UPJ), o modelo reuniu um acervo de 18 mil processos, redistribuiu os servidores de cinco varas cíveis, da 41ª à 45ª, do Foro Central Cível, que passou a ser conhecida como UPJ – I, em um cartório unificado, bem como para formação de equipes em dez gabinetes de magistrados.

Em 5 de outubro de 2015 foram implantadas simultaneamente duas UPJ's no Foro Regional de Santo Amaro: uma cível, com a unificação

da 9ª à 14ª Vara, e uma de Família e Sucessões, com a unificação das 7ª à 11ª Vara. A segunda UPJ do Fórum Central foi implantada em 11 de novembro de 2015, com a unificação das 26ª à 30ª Vara Cível.

Desde sua criação, as Unidades de Processamento Judicial (UPJ) do Fórum João Mendes apresentaram ótimos resultados. A UPJ – I (41ª a 45ª Varas Cíveis), por exemplo, teve aumento de 47% na produção de despachos, minutas e sentenças. No cartório, a UPJ – I aumentou a produção de atos

ordenatórios em 60% e cartas em 51%. Antes os servidores levavam quatro a cinco minutos para emitir um mandado. Agora é possível fazer a mesma ação em cerca de um minuto e meio, com funcionários conseguindo emitir 13 documentos em 15 minutos.

Estudos realizados em 2016, identificaram os fóruns mais adequados para iniciar a expansão das UPJ's para o interior e litoral e, até o final de 2017, serão instaladas pelo menos mais nove UPJ's, uma em cada RAJ.

70%
Redução
de tempo de
tramitação processual



1.4.3. Programa Justiça Bandeirante

A busca de otimização na prestação jurisdicional é uma das prioridades da atual gestão da Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo. Nesta toada, está o programa Justiça Bandeirante.

Instituído pelas Portarias 9.276/2016 e 9.307/2016, o programa visa identificar dificuldades do usuário para utilização das funcionalidades do sistema, assim como construir formas de gerenciamento e execução de trabalho que aumentem a produtividade e garantam maior celeridade.

Os objetivos do projeto estão ligados diretamente à modernização por meio da melhor utilização dos sistemas de acompanhamento processual, bem como da padronização dos processos operacionais disponíveis, ou que venham a ser disponibilizados por meio de fluxos, vinculação de atos, configuração de modelos, que estejam normatizados ou sejam reconhecidos como boa prática cartorária.

Para execução do projeto, são utilizados recursos tecnológicos para ensino à distância, realização de workshops regionais, diagnóstico das unidades, montagens de vídeos, roteiros e tutoriais no portal do Tribunal, bem como palestras e aulas magnas a magistrados e gestores com aferição por indicadores, SAJEST, Gerencial da Vara e Movimento Judiciário.

No ano de 2016 foram executadas as seguintes atividades referentes ao Justiça Bandeirante:

1ª FASE:

Encerrada em julho de 2016, promoveu workshops de levantamento de oportunidades de melhorias do Sistema SAJPG5. Nesses workshops, grupos de servidores discutiram e apresentaram dúvidas e propostas para a plena aplicação dos recursos, funcionalidades e automação de rotinas cartorárias do SAJ. No total foram 84 dias de workshops, divididos entre capital e interior, totalizando 181 visitas a unidades cartorárias:

Eventos e Workshops 1ª e 2ª fase	
Interior	65 dias
Capital	19 dias
Total	84 dias

Visitas Realizadas às unidades cartorárias	
Interior	84
Capital	97
Total	181



2ª FASE:

A partir de agosto de 2016, foram elaborados informativos, contendo módulos específicos por competência, para os servidores das seguintes áreas: Cíveis e Criminais; Colégio Recursal; CEJUSC e Central de Mandados (oficiais de Justiça). Tais informativos correspondem às práticas cartorárias de maior êxito, tratadas por região, segundo características específicas de cada RAJ; bem como soluções para as principais dúvidas e dificuldades enfrentadas, por meio de cursos de forma presencial e a distância.

Foram criados pólos de capacitação em todas as RAJ's, bem como foi instalado e criado o 1º curso a distância com o uso da ferramenta moodle no TJSP. No total, 11.121 servidores já foram atendidos pelo Justiça Bandeirante, como demonstram os gráficos abaixo:

1ª fase	2ª fase	1ª fase	
1ª Instância	1ª Instância	2ª Instância	
1500	0	428	1ª Grande São Paulo
220	394	0	2ª Araçatuba
289	536	0	3ª Bauru
801	840	0	4ª Campinas
330	597	0	5ª Presidente Prudente
532	966	0	6ª Ribeirão Preto
326	626	0	7ª Santos
316	596	0	8ª São José do Rio Preto
343	583	0	9ª São José dos Campos
326	572	0	10ª Sorocaba
total 4.983 funcionários	total 5.710 funcionários	total 428 funcionários	total 11.121 funcionários



1.4.3.1. Projeto INFRAJUS

O projeto INFRAJUS foi concebido a partir das manifestações colhidas nos workshops realizados pelo projeto Justiça Bandeirante, onde a reclamação principal para uso adequado do sistema foi: lentidão.

A partir desta colocação, a Secretaria de Tecnologia da Informação verificou que, além de um levantamento pormenorizado de todos os envolvidos na disponibilização do SAJ, era necessário apresentar e esclarecer os conceitos que sustentam o sistema.

Para tanto, a equipe desta Secretaria percorreu as nove RAJ's do interior do Estado de São Paulo, apresentando aos diretores de Cartório e administradores Prediais os bastidores e a infraestrutura de Tecnologia da Informação.

Foram realizados 12 workshops para 1.800 funcionários e visitados 41 prédios, a fim de verificar as condições da infraestrutura de rede e elétrica. A equipe do projeto INFRAJUS rodou mais de 5.400 km.

Os workshops do projeto INFRAJUS foram compostos de duas palestras:

1ª - Apresentação da infraestrutura de informática, os caminhos do SAJ e da internet, bem como as boas práticas para uso dos pontos de rede e paliativos técnicos.

2ª - Segurança de Informação no ambiente corporativo e doméstico.



1.4.4. Programa Judiciário Eficiente

O Judiciário Eficiente é mais um dos programas do Tribunal de Justiça de São Paulo. Lançado em agosto de 2016, nos termos da Portaria nº 9.327/2016, tem por objetivo a celeridade e qualidade dos serviços prestados à população. Conta com duas frentes de atuação, a saber:

Eixo 1 – Judicial

É voltado à redução da taxa de congestionamento na tramitação dos processos.

Reconhece a produtividade das unidades judiciais de 1º Grau com a entrega de selos – categorias Ouro, Prata e Bronze. Além disso, o programa distribuirá prêmios entre os servidores das unidades judiciais que receberem o “Certificado de Unidade Judicial Eficiente”, conferido àquelas com dois selos “Ouro” consecutivos.

Os selos serão entregues semestralmente, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, de acordo com a Taxa de Congestionamento (TC) apurada no período de um ano. Os percentuais exigidos para concessão dos selos variam de acordo com a competência da unidade: cíveis, criminais, cumulativas e juizados (excluídos os processos de Execução Fiscal).

Para que as varas possam acompanhar seu desempenho, a Secretaria de Planejamento Estratégico do TJSP encaminha, periodicamente, boletins estatísticos de produtividade.

Eixo 2 - Administrativo

Busca aprimorar os principais processos de trabalho na área administrativa. Deste modo, reduzir o tempo médio das licitações, aprimorar gestão de terceiros e de contratos são alguns dos exemplos que possibilitam a entrega de melhores serviços ou produtos, com agilidade e qualidade.

Esse é o foco de atuação do Eixo 2: são identificados os principais fluxos administrativos, estabelecidos indicadores de resultados, definidas metas e propostas mudanças nas atividades. É realizada, então, aferição periódica dos resultados.

Os setores administrativos participantes que obtiverem resultados positivos receberão certificado de reconhecimento pelo trabalho.

Após o lançamento do programa Judiciário Eficiente, verificou-se significativa redução de 82% da taxa de congestionamento (apurada no primeiro boletim) para 67,3% de taxa de congestionamento na última apuração (3º boletim), o que significa uma redução de 22 milhões de processos para 18 milhões, número extremamente significativo em um curto espaço de tempo.

Para além da redução dos indicadores, o Judiciário Eficiente permite a identificação de unidades com maiores dificuldades de modo a orientar a atuação da Administração na dotação de novos recursos.



1.4.5. Plano de Logística Sustentável TJ Sustentável

O Tribunal de Justiça de São Paulo reúne cerca de 65.000 mil agentes públicos (magistrados, servidores e terceirizados) distribuídos em mais de 700 prédios em todo o Estado, com uma tramitação processual anual superior a 20 milhões.

Por sua dimensão, causa impactos no meio ambiente, que abrangem desde o consumo de água e energia elétrica e a geração de resíduos orgânicos e inorgânicos até a poluição emitida pela movimentação de pessoas e documentos por meio de veículos.

Diante desse cenário, o Tribunal está adotando políticas e medidas para se tornar uma organização pública sustentável. Dentre as ações realizadas em 2016, é possível citar:

a. Publicação de comunicado referente a boas práticas para economia de energia elétrica;

b. Campanha “Junte Óleo”: para cada dois litros de óleo usado entregues, o doador recebe uma embalagem com duas barras de sabão produzido a partir do produto coletado. No primeiro semestre de 2016, houve arrecadação de 1,125 toneladas de óleo. Com isso, 30.781 m³ de água foram preservados com o não lançamento do óleo na rede coletora (equivalente a 12 piscinas olímpicas) e 15,859 toneladas de CO² deixaram de ser emitidas;

c. Substituição das torneiras comuns por torneiras com temporizadores, além da instalação de anéis de nylon no corpo do percurso da válvula;

d. Instalação de reservatórios para captação de água pluvial: no Palácio da Justiça houve instalação de bombonas plásticas, colocadas em áreas internas do prédio, com capacidade de armazenamento de 200 litros de água da chuva – o líquido é captado dos telhados e utilizado na rega de jardins e na limpeza de sanitários. Dentro desses reservatórios foram instaladas telas de proteção para evitar a proliferação de mosquitos transmissores da dengue e da chikungunya, assim como o surgimento de larvas;

e. Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED, com reaproveitamento das lâmpadas retiradas: com iniciativa da Comarca de Sumaré, que firmou parceria com a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), a exemplo de outros 21 fóruns do interior paulista, para adoção de serviços de otimização energética. O programa prevê o combate ao desperdício por meio da substituição de lâmpadas fluorescentes das áreas internas do fórum por outras que utilizam a tecnologia de LED, equipamento mais econômico.

Em 2016 a Secretaria de Planejamento Estratégico estruturou a coleta de dados, passou a informar mensalmente os dados do Plano de Logística Sustentável ao Conselho Nacional de Justiça, além de elaborar e disponibilizar no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça o Relatório de Sustentabilidade Semestral. Outrossim, desenvolveu o Painel de Sustentabilidade, com indicativo ilustrativo dos

dados consolidados.

Os dados abaixo indicam que, consideradas todas as unidades de trabalho do Tribunal de Justiça, houve significativa redução do consumo de insumos como água, e energia elétrica, telefonia, papel e descartáveis:

Média mensal de consumo de papel branco		
Referência	Atual	Meta PLS 20%
57.818 resmas	54.033 resmas	46.254 resmas

Média mensal de copos 200ml por funcionário		
Referência	Atual	Meta PLS 15%
28 copos	25 copos	24 copos

Média mensal de copos 50ml (café) por funcionário		
Referência	Meta PLS 10%	Atual
14 copos	13 copos	11 copos

Energia elétrica por metro²		
Referência	Meta PLS 10%	Atual
3,37 kWh/m²	2,87 kWh/m²	2,57 kWh/m²

Valor médio mensal da fatura por linha de telefonia fixa		
Referência	Meta PLS 10%	Atual
R\$ 53,45	R\$ 51,71	R\$ 50,78



O Tribunal paulista promoveu, ainda, o projeto TJ Sustentável, com objetivo de estimular ações que promovam a responsabilidade social e a sustentabilidade, buscando sensibilizar e capacitar magistrados e servidores para o uso consciente dos recursos disponíveis.

Com um jogo virtual, hospedado em um hotsite (www.tjsp.jus.br/tjsustentavel), o TJSP, ao final, entregou o “Selo Verde” ao vencedor. As três unidades melhor classificadas receberam bicicletas para serem sorteadas entre seus servidores, doadas por instituições parceiras (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo e Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de São Paulo).

O período de vigência da competição foi de maio a novembro de 2016 e os itens economizados foram água, energia, telefonia e copos descartáveis. O jogo contou com a participação de 339 unidades.

Com o esforço de todos, o Judiciário paulista poupou cerca de:

- 5,1 milhões de kWh;
- R\$ 481 mil em contas de telefone;
- 2,4 milhões de copos descartáveis.

As cerimônias de premiação das três comarcas vencedoras do projeto TJ Sustentável 2016 ocorreram em 3 de fevereiro de 2017: Presidente Venceslau (1ª colocada); General Salgado (2ª colocada) e Piquete (3ª colocada).

2. Atividades e Resultados no exercício de 2016

2.1. Orçamento e Finanças

Nada obstante a grave crise econômica que atravessa o País e seus expressivos reflexos na arrecadação do Estado, finalizamos o exercício de 2016 com resultado contábil dentro dos estritos limites da responsabilidade fiscal conforme demonstrado, a seguir, no quadro de despesas consolidadas – Tesouro/Fundo e Fonte 006 (DREM).

Elemento	Dotação Inicial	Alterações Orçamentárias	Dotação Atual	Liquidado	Saldo
319001 - APOSEN.DO RPPS,RESER.RENUM.E REF.DO MILITAR	0	108.594.552,00	108.594.552,00	108.594.551,63	0,37
319003 - PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	0	26.340.232,00	26.340.232,00	26.340.231,82	0,18
319007 - CONTRIBUICAO ENTIDADES FECHADAS PREVIDENCIA	1.441.947,00	931.626,00	2.373.573,00	2.373.572,97	0,03
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	4.990.141.752,00	599.941.786,00	5.590.083.538,00	5.590.083.537,09	0,91
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	17.380.392,00	2.979.056,00	20.359.448,00	20.359.447,77	0,23
319016 - OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS-PESSOAL CIVIL	0	39.927.454,00	39.927.454,00	39.927.453,56	0,44
319049 - AUXILIO TRANSPORTE	65.861.076,00	2.000.000,00	67.861.076,00	67.390.097,36	470.978,64
319094 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	549.188.292,00	156.722.383,00	705.910.675,00	703.964.828,84	1.945.846,16
319113 - OBRIGACOES PATRONAIS	1.973.520.119,00	215.296.731,00	2.188.816.850,00	2.187.813.596,14	1.003.253,86
335041 – CONTRIBUICOES	12.000,00	0,00	12.000,00	12.000,00	0,00
339008 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	129.744.339,00	11.401.000,00	141.145.339,00	140.474.625,73	670.713,27
339014 - DIARIAS-CIVIL	14.035.669,00	6.054.900,00	20.090.569,00	20.090.000,00	569,00
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	49.670.126,00	-7.267.836,00	42.402.290,00	39.666.544,27	2.735.745,73
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.333.970,00	-394.716,00	3.939.254,00	3.929.399,52	9.854,48
339035 - SERVICOS DE CONSULTORIA	20.547.644,00	-16.098.800,00	4.448.844,00	3.091.935,84	1.356.908,16
339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	33.556.795,00	11.483.627,00	45.040.422,00	41.441.040,32	3.599.381,68
339037 - SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	280.242.724,00	6.685.386,00	286.928.110,00	284.459.527,86	2.468.582,14
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	968.245.649,00	-237.657.566,00	730.588.083,00	710.178.013,45	20.410.069,55
339046 - AUXILIO ALIMENTACAO	331.391.051,00	17.100.000,00	348.491.051,00	347.140.736,33	1.350.314,67
339047 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	107.569.211,00	-23.863.343,00	83.705.868,00	83.476.431,95	229.436,05
339050 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	55.275.125,00	-916.329,00	54.358.796,00	54.332.257,37	26.538,63
339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0	9.799.226,00	9.799.226,00	9.267.902,76	531.323,24
339093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	305.671.771,00	20.450.491,00	326.122.262,00	321.849.320,49	4.272.941,51
339139 - OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	12.791.911,00	192.140,00	12.984.051,00	12.984.050,52	0,48
449039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	66.013.485,00	-21.738.340,00	44.275.145,00	19.264.670,99	25.010.474,01
449051 - OBRAS E INSTALACOES	19.861.206,00	0,00	19.861.206,00	18.674.115,59	1.187.090,41
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	70.927.013,00	-22.666.600,00	48.260.413,00	35.728.553,97	12.531.859,03
449092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0	404.940,00	404.940,00	373.231,37	31.708,63
459061 - AQUISICAO DE IMOVEIS	10	0,00	10	0	10,00
TOTAL	10.067.423.277,00	905.702.000,00	10.973.125.277,00	10.893.281.675,51	79.843.601,49

Registra-se, por oportuno, que, no período, houve o saneamento de restos a pagar de exercícios anteriores que redundaram em economia, com cancelamento de empenhos no valor de R\$ 89.518.509,34 que comprometiam o Fundo Especial de Despesa e R\$ 5.241.051,87 das importâncias advindas da Fonte 1 – Tesouro.

2.2. Estrutura Judiciária

Em 2016, foram instaladas 12 varas, 5 setores de Execução Fiscal e 1 anexo Fiscal.

Cabe anotar que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo possui 1.700 varas criadas, 1.500 delas já instaladas:

Número de Varas por Entrância				
Varas	Inicial	Intermediária	Final	Total
Criadas	312	170	1218	1700
Instaladas	264	160	1076	1500
Não instaladas	48	10	142	200

O quadro de magistrados também foi ampliado no ano de 2016 com a posse dos 77 aprovados no 186º Concurso de Ingresso da Magistratura em 3/10/2016.

Em 2016, também foi promovido o vitaliciamento de 101 magistrados aprovados no 184º Concurso de Ingresso na Magistratura, em sessão ocorrida em 28 de setembro.

No que toca a promoções, remoções e permutas, o ano de 2016 terminou com o seguinte balanço, representado na tabela abaixo:

Concursos de Promoção/Remoção					
	Inicial	Intermediária	Final	Substituto em 2 Grau	Desembargador
Vagas	98	95	49	7	6
Promovidos	54	66	31	0	5
Removidos	5	27	18	5	0
Opção	0	12	20	0	0
Cargos não providos	39	14	20	2	1

Anote-se, aqui, que dos 95 cargos de juiz de Direito de entrância intermediária colocados em concurso, foram providos 48 cargos de juiz auxiliar para o interior e 17 cargos de juiz auxiliar para a capital.

Foram abertos editais para atuação nas Câmaras Extraordinárias das Seções de Direito Privado, Público e Criminal, nos termos da Resolução nº 737/2016, bem como nas Câmaras de Direito Empresarial e Reservada do Meio Ambiente.

Disponibilizaram-se, outrossim, editais de inscrição de magistrados para atuarem nos DEECrim’s das Regiões Administrativas da

Capital, Araçatuba, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Sorocaba.

Além disso, foram constituídas 43 comissões/grupos/coordenadorias para tratar de assuntos de interesse da Administração do Tribunal de Justiça.

Houve, ainda, a composição da Turma de Uniformização do Sistema de Juizados Especiais, apreciada pelo Conselho Superior da Magistratura, em 1 e 22/7/2016 (biênio 4/7/2016-3/7/2018).

2.3. Servidores

No ano de 2016, houve o total de 1.771 desligamentos do quadro de servidores do Tribunal de Justiça.

Em contrapartida, foram nomeados 2.265 novos servidores, assim distribuídos na estrutura funcional do Judiciário paulista:

CARGO	INTERIOR	CAPITAL	TOTAL
Escrevente Técnico Judiciário	1.557	663	2.220
Estatístico Judiciário	0	2	2
Psicólogo	2	0	2
Contador	0	39	39
Assistente Social	2	0	2

Assinala-se que, para além das nomeações, outras medidas de impacto foram implementadas na área de recursos humanos:

- a. 4º Processo de Remoção de Servidores;

b. 6º Processo de Avaliação de Desempenho: que alcançou 42.044 servidores;

c. Estabelecimento de convênios com instituições de ensino superior para concessão de descontos aos servidores e seus dependentes diretos (pais, filhos e cônjuges): atualmente há 37 em vigor;

d. Realização de convênios com instituições de nível superior para estágio não remunerado: atualmente há 100 em vigor;

e. Aditamento do contrato firmado com a APAE – Associação de Pais Amigos dos Excepcionais de São Paulo para inclusão social de aprendizes daquela entidade por mais dois anos;
- f. Realização do Curso de Desenvolvimento de Lideranças em convênio com o SENAC na 10ª Região Administrativa Judiciária – Sorocaba. Trata-se de piloto, a ser ampliado para todas as regiões, realizado em parceria com a EJUS e custeado pelo Fundo Especial de Despesas, com o objetivo de capacitar coordenadores e chefes de unidades judiciárias para o exercício da liderança e gestão de pessoas de modo a melhorar o desempenho de suas equipes de trabalho.

g. Substituição do agente de Integração para recrutamento e contratação de estagiários de níveis médio e superior – com celebração de novo contrato com o C.I.E.E.;

h. Convênio com o Serviço Social do Comércio (SESC) para concessão de matrícula de interesse social para os integrantes do TJSP.



2.4. Administração Predial

Nesta área, foram celebrados e monitorados 584 contratos com distintos objetos: limpeza – 73; fornecimento de bens – 12; mão de obra – 17; manutenção de ar-condicionado – 58; resfriadores evaporativos – 3; manutenção de automação predial e de bombas hidráulicas – 17; manutenção de equipamento de sistemas de segurança a combate de incêndios – 46; manutenção de extintores (capital) – 1; manutenção de geradores – 20; manutenção de sistemas elétricos e de cabines de entrada de energia – 9; manutenção de sistemas de sonorização – 8; manutenção de sistemas de ventilação e exaustão – 2; manutenção de pressurização de escadas – 5; manutenção de elevadores – 171; manutenção de catracas eletrônicas/control de acessos – 3; manutenção de copiadora EPM – 1; serviço de mudança – 1; coleta de resíduos para reciclagem – 1; coleta de resíduo sólido ambulatorial – 1; coleta de óleo – 1; permissão de uso de espaço (cantinas e restaurantes) – 28, bem como realizados 2 leilões que culminaram na venda de 76 viaturas.

2.4.1. Segurança Predial

Com intuito de orientar e padronizar as ações na área de segurança, foi editada a Portaria nº 9.344, de 26 de setembro de 2016 que estabelece protocolos de triagem nos acessos das unidades judiciárias e de operacionalização dos sistemas de segurança física e de instalações.

As novas regras foram apresentadas aos agentes responsáveis pela segurança predial em workshop e reforçadas por meio de documentação técnica escrita - Manual de Segurança.

Além disso, na página do Tribunal de Justiça, foi disponibilizado link de acesso da documentação para consulta e download, bem como criado o e-mail forumseguro@tjsp.jus.br para encaminhamento de dúvidas.

Diante da importância da criação de estratégia específica para a área de segurança das unidades judiciárias, concomitante aos protocolos de atendimento e triagem de público e segurança predial, a Presidência do Tribunal de Justiça elaborou um plano de vigilância patrimonial e pessoal, que passou a ser executado já no ano de 2016.

Foram tomadas medidas para o aperfeiçoamento do sistema de Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar – DEJEM, resultado do Termo de Cooperação nº 190/2015 entre o Tribunal de Justiça e a Polícia Militar de São Paulo.

Por meio deste termo de cooperação, policiais militares, em horário de folga, reforçam a segurança dos fóruns e seus arredores em todo o Estado. Os policiais militares participam voluntariamente e são remunerados pela Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar (Lei Complementar nº 1.227/13). Das 400 vagas previstas, 351 delas estão ocupadas, com percentual de assiduidade de 91%.

O Tribunal de Justiça, até o final de 2016, também firmou 33 contratos de vigilância, somando um total de 1.898 postos de vigilância, ocupados por 3.125 vigilantes terceirizados.

Sem prejuízo dos recursos humanos direcionados para a área de vigilância, foi elaborada Ata de Registro de Preços nº 51/2016 para aquisição de 608 portais detectores de metais, revelando-se oportuno consignar a entrega do primeiro lote de 108 equipamentos, instalados em sedes de circunscrição e fóruns adjacentes, durante os meses de novembro e dezembro de 2016.

A esses procedimentos, acrescente-se a alteração do procedimento de guarda de armas de fogo em virtude do Provimento 2.345/2016. Com o novo regramento e atualização dos procedimentos cartorários (Prov. 53/2016 e Comunicado 1644/2016), os fóruns deixaram de receber armas de fogo que passaram a permanecer em poder da autoridade policial. Simultaneamente, teve início a retirada do armamento ainda depositado nas unidades judiciais para sua destruição pelo Exército Brasileiro. Em 2016, o Tribunal de Justiça de São Paulo remeteu ao Exército 2.096 armas de fogo e 2.880 armas brancas. Desse total, 1.066 armas estavam guardadas no 1º Tribunal do Júri do Complexo Judiciário “Mário Guimarães” e o restante no Departamento de Inquéritos Policiais (Dipo).

Em ação pioneira, foi ainda celebrado o Termo de Cooperação nº 183/2016 entre o Tribunal de Justiça e a Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (FUNDABOM) para treinamento de brigadistas de incêndio. O prognóstico é de que 1.881 servidores sejam capacitados.



2.5. Tecnologia da Informação

Principais implantações na área de informática em 2016:

2.5.1. Ações de TI e Sistemas de Primeiro Grau

Distribuição Automática: com as determinações do CNJ, o processo eletrônico e o Novo CPC, a regra passou a ser a distribuição automática de toda ação ou recurso que chegam ao Judiciário. Em 2016, foram distribuídos 2.309.012 processos automaticamente. Segundo cálculos da equipe de monitoramento do desempenho da funcionalidade, estima-se em 15 minutos a economia de tempo alcançada com a distribuição automática para cada processo, chegando-se ao total de 577.253 horas economizadas no ano, equivalente à força de trabalho de 300 servidores.

Juntada Automática: na mesma toada, a juntada de documentos também está automatizada. Em 2016, foram juntadas automaticamente 14.900.235 petições. Segundo cálculos da equipe de monitoramento do desempenho da funcionalidade, estima-se em 17 minutos a economia de tempo alcançada em cada petição com a juntada automática, chegando-se ao total de 4.221.733 horas economizadas, o que equivale a 2.198 servidores que, durante o ano, deixaram de se dedicar exclusivamente a essa atividade.

Inquérito Policial Eletrônico (Integração TJSP e Polícia Civil): iniciado na 7ª Região Administrativa Judiciária de Santos, o inquérito eletrônico é fruto de parceria entre a Secretaria Estadual de Segurança Pública e o Tribunal de Justiça, que permitiu a comunicação e a integração entre o Sistema de Automação da Justiça (SAJ), adotado pelo TJSP, e o sistema em uso pela polícia paulista, com significativa redução de tempo, garantindo uma prestação jurisdicional mais rápida, segura e acessível;

Expansão das Integrações com Órgãos de Governo: houve significativa expansão dos mecanismos de comunicação com os demais órgãos do governo, facilitando o trânsito de informações importantes para a Administração do TJSP. O Tribunal de Justiça encerrou o ano de 2016 conectado ao sistema informatizado de 137 municípios e autarquias municipais, o que permitiu, por exemplo, o ajuizamento eletrônico de execuções fiscais municipais. Além disso, houve integração ao “Escritório Digital”, portal criado e mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, que permite o encaminhamento de petições para outros tribunais do País.

2.5.2. Ações de TI e Sistemas de Segundo Grau

Expansão das Integrações com Órgãos de Governo: atendendo a antigo pleito, foram criados portais eletrônicos de intimação do Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradoria Geral do Estado. Além disso, em setembro de 2016 foi iniciado o envio de processos digitais de forma automatizada ao Supremo Tribunal Federal, expandindo-se, nos meses seguintes, a funcionalidade para todas as unidades responsáveis por esse encaminhamento. As tratativas com o Superior Tribunal de Justiça para integração de sistemas de modo a viabilizar a automação também da remessa de recursos especiais digitais estão avançadas com prognóstico de que, até o fim de 2017, a funcionalidade esteja implantada.

Melhoria da automação do SAJ SG: foram desenvolvidas melhorias junto ao Sistema SAJ, especialmente relacionadas à entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil.

A tabela abaixo indica os projetos concluídos e também iniciados no ano de 2016 relativos à melhoria da automação do SAJ SG:

Projetos	Situação	%
Adequações no SAJ Contagem do prazo em dias úteis (NOVO CPC)	Concluído	100%
Peticionamento Sociedade de Advogados (NOVO CPC)	Concluído	100%
Juntada Automática	Em desenvolvimento	75%
Publicação Automática	Em desenvolvimento	60%
Certidão eletrônica de 2º grau	Definição de requisitos	50%
Portal de Intimação Eletrônica – Ministério Público e Defensoria	Em homologação	70%
Estudo Automático de prevenção para distribuição	Em desenvolvimento	60%

2.5.3. Ações de TI e Sistemas Administrativos

Durante o ano de 2016, foram entregues novos sistemas administrativos, que permitem melhor gestão dos recursos humanos e materiais do Tribunal de Justiça, gerando maior eficiência em toda administração, além de economia de recursos.

O quadro ao lado apresenta os projetos concluídos no ano de 2016, com indicação das áreas atendidas:

Projetos	Área
CPA – Controle de Processos Administrativo:	Todas as áreas, exceto SPRH, SGRH e SAS
• Gerenciador de Documentos – Elaboração de documentos (memorandos, ofícios, informações, etc,) dentro do sistema.	
• Alteração dos 46 foros distritais para comarcas (Lei Complementar nº 1.274/2015).	
• Treinamento das novas funcionalidades para a Secretaria de Tecnologia da Informação – STI - Piloto.	
SPD – Sistema de Gestão de Pedidos de Materiais:	SAB
• Expansão para todas as unidades administrativas e cartorárias do interior para solicitação de pedidos no Almoxarifado.	
SIP – Sistema de Informações Patrimoniais:	SAD
• Expansão para todas as administrações da capital para solicitação de materiais permanentes.	
Malote Digital – Sistema Hermes do Conselho Nacional de Justiça:	Primeira Instância
• Expansão para todos os distribuidores da capital e interior.	
• Alteração dos 46 foros distritais para comarca (Lei Complementar nº 1.274/2015).	
SIGE – Sistema Integrado de Gerenciamento de Escolas EPM/EJUS:	EPM EJUS
• Implantação do sistema unificado.	
Página Portal Estático	Assessoria de Imprensa – SPr
• Utilizado no recesso Forense de 2016/2017.	
Novo Portal TJSP	Assessoria de Imprensa – SPr
• Criação e implantação de nova identidade visual.	
TJ Sustentável	Assessoria de Imprensa – SPr
• Melhorias no portal para a edição 2016.	
Portal Auxiliares da Justiça	CGJ/ NUPEMEC/ SPI/SJ
NUGEP	NUGEP
• Melhorias no sistema e implantação webservice com o Conselho Nacional de Justiça para recursos repetitivos.	
SENACON	NUPEMEC
• Semana Nacional da Conciliação - Melhorias no portal para a edição 2016.	
Sistema Administração Predial	SAD/DARAJ
• Módulo para administradores prediais e provadores níveis 1 e 2.	
Sistema Segurança Patrimonial	SAD/DARAJ
Eleição Órgão Especial	SEMA
• Melhorias para as eleições em 2016.	
Novo portal intranet TJSP.	Assessoria de Imprensa - SPr

2.5.4. Infraestrutura de informática

Duas frentes de trabalho são essenciais para assegurar a infraestrutura e a sustentação do sistema de informação da Corte paulista:

1 - Apoio e suporte ao usuário – Help Desk: Em 2016, foram atendidos 256.028 chamados, número que se manteve estável, com crescimento de apenas 4% em relação ao ano de 2015, a despeito da evolução do peticionamento eletrônico.

O suporte interno/externo da empresa Softplan, por sua vez, atendeu o total de 343.493 chamados, subdivididos pelas seguintes áreas:

	INTERNO	EXTERNO	TOTAL
1ª Grau	116.151	129.912	246.063
2ª Grau	39.241	20.857	60.098
Adm	25.331	12.001	37.332
Total	180.723	162.770	343.493

Trabalhou-se, outrossim, no apoio às atividades de digitalização nas unidades cartorárias, totalizando 7.302 documentos digitalizados.

Além disso, foram instaladas nove centrais facilitadoras para digitalização e inserção no SAJPG5 dos inquéritos policiais, termos circunstanciados ou procedimentos investigatórios de ato infracional onde houve o oferecimento de denúncia ou de representação para a apuração de ato infracional pelo Ministério Público, de conformidade com o Comunicado Conjunto nº 1.073/2016 – Convênio nº 106/2016.

2 - Renovação e atualização de equipamentos e de sistemas de segurança da informação: a modernização da infraestrutura e do parque tecnológico é imprescindível à garantia de operação e celeridade nos sistemas de informação do Tribunal de Justiça. Ao mesmo tempo, manter as informações a salvo de ataques cibernéticos é providência imprescindível a sistema de informática que carregue dados de tamanha importância como aqueles inseridos na base do Tribunal de Justiça. A obsolescência das máquinas pode, ademais, acarretar custos com manutenção e outros reparos, dificultando o bom andamento das atividades do Tribunal de Justiça.

Observadas, portanto, essas premissas, foi providenciada a aquisição de 58.000 novos desktops (computadores), idênticos para todos os usuários do Estado.

Além de apresentarem menor dimensão, os novos desktops proporcionam maior economia de energia (cerca de 80%), além de contarem com leitor de cartão acoplado ao teclado.

A troca dos desktops ocorrerá de forma escalonada entre capital e interior, durante os próximos dois anos.

O primeiro lote, com 2.413 equipamentos, está sendo distribuído entre as seguintes unidades:

Local	Bairro	Quantidade de equipamentos
Fórum da Barra Funda	Barra funda	510
Conde do Pinhal	Centro	180
Predio Administrativo Brigadeiro Luis Antônio	Bela vista	180
Prédio Pedro Lessa	Centro	152
Prédio Direito Privado - Pateo do Colegio	Centro	180
Complexo Judiciário do Ipiranga – DEPRE	Ipiranga	90
Complexo Judiciario do Ipiranga - Secretaria Judiciária	Ipiranga	90
Direito Privado - Platinum –Metrolan	Liberdade	228
Forum João Mendes Júnior	Centro	180
Centro Administrativo Consolação	Consolação	180
Forum Hely Lopes Meirelles	Centro	180
Prédio Direito Criminal – Legacy	Liberdade	263
Total		2413





2.6. Abastecimento

No tema de licitações e contratos, cabe registrar que, em 2016, foram realizadas 436 licitações e compras; há 739 contratos em andamento, assim como 597 convênios e instrumentos análogos. Foram emitidos 2.377 pareceres pelo Grupo Técnico de Assessoria Jurídica (GTAJ) e realizadas 420 sessões públicas de licitações. Além disso, em 2016 foram repactuados 700 contratos, resultando numa redução de gastos da ordem de R\$ 5.556.806,48.

Quanto ao patrimônio, o ano de 2016 encerrou com 787.651 bens ativos, tendo ocorrido 56.628 incorporações. Foram elaborados 601 relatórios de baixa patrimonial, 596 deles concluídos, bem como avaliados 42.726 bens patrimoniais e doados 37.432 bens inservíveis para instituições cadastradas.

Foram adquiridos pelo almoxarifado geral 114.502 itens, com atendimento a 3.328 requisições.

2.7 Ações voltadas ao Primeiro Grau

Eliminação de autos judiciais definitivamente arquivados: como parte do Programa de Gestão de Documentos Arquivísticos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 2016 foram eliminados 18.243 processos e incluídos, na fila de eliminação, outros 19.242.

Desenho do novo fluxo das execuções fiscais estaduais: foram identificadas as melhores práticas no processo de trabalho da Vara das Execuções Fiscais Estaduais da Capital, ajustando-as aos fluxos do sistema informatizado de modo a conferir maior eficiência às atividades. Implantaram-se novas filas de trabalho no SAJ, criando-se modelos específicos para maior automação das atividades. Investiu-se, ainda, na capacitação dos servidores dessas unidades.

Peticionamento Eletrônico pelos cidadãos nos Juizados Especiais Cíveis: o serviço foi disponibilizado em 29/11/2016. Com isso, os cidadãos que possuem certificado digital podem entrar com pedido nos Juizados Especiais Cíveis (JECs) de todo o Estado diretamente pela internet, sem a necessidade de comparecimento ao fórum. Na página www.tjsp.jus.br/peticionamentoJEC estão todas as orientações necessárias ao peticionamento eletrônico, inclusive com a disponibilização de modelos de petição inicial para download.

Sistema de Gerenciamento dos auxiliares da Justiça: em 28 de novembro de 2016, foi disponibilizado o “Portal dos Auxiliares da Justiça” conforme Comunicado Conjunto nº 2.191/2016. Trata-se de ferramenta para colher e arquivar cadastro de profissionais interessados em atuar como peritos, tradutores, intérpretes, administradores, liquidantes, inventariantes dativos e outros – <http://www.tjsp.jus.br/AuxiliaresdaJustica>, para oportuna consulta pelos magistrados interessados na nomeação de especialistas.

Implantação das Audiências de Custódia: em dezembro de 2015, por meio da Resolução nº 213, o Conselho Nacional de Justiça regulamentou o funcionamento das audiências de custódia e, com isso, passou a monitorar a efetivação da prática. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi pioneiro na implantação da audiência de custódia no País, estando a promover sua expansão conforme 12 fases programadas na Resolução nº 740/2016. Os resultados auferidos nas etapas já efetivadas estão sintetizados na tabela que segue:

Total Audiências	Liberdade/Relaxamento	Conversão em Preventiva
Capital (1ª e 2ª fases) 36.539	18.390	18.149
Interior (1ª fase) 6.562	2.147	4.316
Interior (2ª fase) 2.598	909	1.683
45.699	21.446	24.148

2.8. Ações voltadas ao Segundo Grau

Em 2016, foram várias as iniciativas voltadas a conferir maior celeridade na tramitação dos processos nos cartórios de 2º grau de jurisdição.

Dentre as principais ações, é possível citar a emissão automática de certidões, providência há muito solicitada. Além disso, como assinalado anteriormente, foi criado o Portal de Intimação – Defensoria Pública e Ministério Público e automatizado o envio de processos eletrônicos para o Supremo Tribunal Federal.

2.9 Planejamento

2.9.1. Unidade de Gerenciamento de Projetos

No ano de 2016, a unidade retomou suas atividades, promovendo a reunião de todas as iniciativas apresentadas pelas Secretarias e acompanhando o desdobramento dos projetos priorizados pela Presidência, com especial atenção ao cumprimento do cronograma ajustado para sua execução.

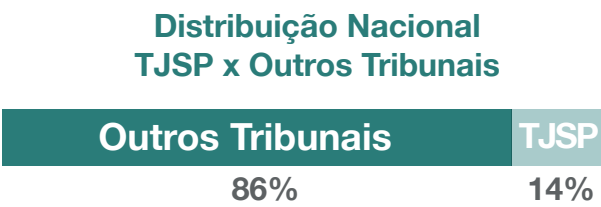
2.9.2. Painel de Gestão

Esse painel foi aprimorado para possibilitar visualização por acesso remoto. Com um dos terminais de consulta instalado na sala da Presidência, fornece subsídios estatísticos que auxiliam na gestão.

2.9.3. Expedientes eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça

Em 2016, foram 1.018 expedientes que, tramitando no Conselho Nacional de Justiça, tinham alguma vinculação com o Tribunal de Justiça de São Paulo, dos quais apenas 316 resultaram em intimação da Presidência para oferecimento de esclarecimentos e informações.

Esse número corresponde a apenas 14% do total de expedientes em tramitação no Conselho Nacional de Justiça, o que indica que a atuação do Tribunal de Justiça, em que pese o seu porte especial, está dentro dos parâmetros ideais estabelecidos pelo próprio CNJ:



2.10. Diretoria de Controle Interno

Ao longo do ano de 2016, foram realizadas inúmeras auditorias, registrando-se, a título meramente ilustrativo, auditorias nos contratos de limpeza; nos contratos de vigilância patrimonial; no almoxarifado central; no sistema de controle patrimonial; no sistema de frotas; nas concessões de licença-prêmio, licença-saúde e auxílio creche-escola para servidores; de gestão dos pagamentos de contratos de TI; de gestão em contratos e obras e serviços de engenharia; na proposta de aditamento do contrato 119/2013, relativo à prestação de serviços de apoio técnico especializado em arquitetura e engenharia, dentre outros.

2.11 Conselho Superior da Magistratura e Órgão Especial

No ano de 2016, foram realizadas sessões de julgamento do Órgão Especial e Conselho Superior da Magistratura indicadas no quadro a seguir:

Colegiado	Sessões	Processos
Órgão Especial	35	389
Conselho Superior da Magistratura Físicas	14	255
Conselho Superior da Magistratura Virtuais	39	1362

No período, foram realizados dois processos eletivos para o Órgão Especial:

1. Eleição para três vagas no Órgão Especial, realizada em 10/3/2016 (Eleitos: desembargadores Ricardo Anafe, Álvaro Passos e Amorim Cantuária, para o biênio 12/3/2016 a 11/3/2018);
2. Eleição para três vagas no Órgão Especial, realizada em 30/6/2016 (Eleitos: desembargadores Beretta da Silveira, Borelli Thomaz e João Negrini Filho, para o biênio 2/7/2016 a 1/7/2018).

2.12. Manifestações técnicas

Em 2016, foram elaboradas pela Presidência do Tribunal de Justiça 25 notas técnicas, todas encaminhadas, por e-mail, aos magistrados, cabendo especial destaque para os trabalhos de análise das seguintes teses e projetos legislativos:

- 1) PLP nº 257/2016
- 2) PEC 62/2015
- 3) PL 3123/2015
- 4) PEC 159/2015
- 5) PLS 449/2016
- 6) Audiência de custódia por videoconferência

No âmbito contencioso, foram 88 manifestações (informações, recursos, contraminutas e contrarrazões de recursos) direcionadas aos seguintes órgãos:

	Processos com andamento em 2016	Manifestações	Arquivados
CNJ	61 ³	69	16
STF	7	7	0
STJ	1	1	1
ÓRGÃO ESPECIAL	4	4	2
MPT	3	4	2
PREFEITURAS	3	3	0
TOTAL	79	88	21

Registram-se, a título ilustrativo, duas manifestações encaminhadas aos Tribunais Superiores:



2.13. Comunicação Interna e Externa

Ao longo de 2016, investimos esforços no aprimoramento da comunicação interna e externa.

O site do Tribunal de Justiça foi reformulado, com adoção de formato que torna mais fácil e 17 vezes mais rápida a consulta. Na página, foram inseridas informações de utilidade pública e vídeos com esclarecimentos quanto aos serviços prestados.

Com recursos de tecnologia como *motion design* (animação) e captação de imagens com drone, foi elaborado o primeiro vídeo institucional para registrar a grandiosidade do Tribunal de Justiça e sua proximidade no dia a dia do cidadão em conciliações, adoções, questões ambientais, direito do consumidor, casos de família, crimes e violência doméstica.

As mensagens da Presidência, informando sobre desdobramentos de projetos de lei de interesse do Poder Judiciário e ações empreendidas na gestão, passaram a integrar o cotidiano de magistrados e servidores: foram enviados dezenas de e-mails e boletins do Conexão Justiça - apenas nesse canal específico, foram 89 mensagens, 51 para magistrados e 38 para servidores.

Além disso, voltadas ao público interno e externo, foram veiculadas inúmeras campanhas:

DESTAQUE
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
1) Defesa da legalidade do pagamento de dias de compensação aos Magistrados (ACO 2048)

DESTAQUE
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ
1) Defesa do TJSP na reclamação formulada pela Prefeitura de Ribeirão Preto contra a obrigatoriedade de ressarcimento das custas relativas ao AR Digital (Provimento CSM nº 2.292/2015) por entender estar isenta do pagamento de tais valores - JULGADA IMPROCEDENTE e TRANSITADA EM JULGADO (RCL 29.137)

³ 32 casos novos e 29 já existentes.



#SomosTJSP

Ação	Objetivo
#SomosTJSP e #JuntosPelaValorizaçãoDoJudiciário	A <i>hashtag</i> foi criada para vincular notícias e fotos relacionadas às atividades do Tribunal de Justiça, em especial aquelas relacionadas ao projeto Gestão Participativa.
10 anos da Lei Maria da Penha Campanha Rompa o Silêncio você não está sozinha! #SomosTodosMariadaPenha	Para mostrar à sociedade que a vítima de violência de gênero, doméstica ou familiar não está sozinha, foram realizadas diversas atividades: 1.Assinatura de termo de cooperação com a Secretaria de Estado da Saúde e com a ONG Turma do Bem para realizar o Projeto Fênix; 2.Lançamento do selo do TJSP nos 10 anos da Lei Maria da Penha, confeccionado pelos Correios; 3.Pintura do muro do estacionamento da Rua Conde de Sarzedas - Projeto Arte Grafite, obra dos artistas Aleksandro Reis e o Grupo Opni; 4.Implementação do projeto ‘Cá Entre Nós’ – Grupo Reflexivo e Educativo para Homens Envolvidos em Situação de Violência Doméstica, no Fórum do Butantã e simultaneamente nas dez Regiões Administrativas Judiciárias – RAJs durante a Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa. 5.Além disso, a campanha conta com material impresso (plaquinha da campanha), disponível nas diretorias das Regiões Administrativas Judiciárias e vídeos institucionais com o apoio de celebridades.

Concurso Cultural Selfie Premiada	Concurso direcionado a servidores com o objetivo de prestigiar os funcionários do Judiciário paulista, utilizando como tema o dia do servidor público, celebrado em 28 de outubro.
--	--

Ação	Objetivo
XI Semana Nacional da Conciliação – SENACON	Divulgação da Semana Nacional de Conciliação, realizada entre 21 e 25/11/2016, procurando reafirmar o compromisso do Tribunal em fortalecer a cultura da compreensão mútua e da solução pacífica de conflitos. A 11ª edição da Senacon foi realizada na tenda montada no Parque da Água Branca, onde se concentraram as audiências pré-processuais da capital (casos que não têm ação judicial em andamento). A estrutura contou com 42 salas de audiência e com o trabalho diário de aproximadamente 250 pessoas, entre conciliadores, servidores, juízes, promotores e defensores – no local foi montada também uma brinquedoteca para receber os filhos das pessoas atendidas.
TJ Sustentável	Divulgação, por meio eletrônico e impresso, das medidas relacionadas ao projeto TJ Sustentável, para economia de recursos naturais e bens públicos.
Campanhas mensais	Divulgação, por meio eletrônico e impresso, das medidas relacionadas ao projeto TJ Sustentável, para economia de recursos naturais e bens públicos. Estas campanhas sazonais contam com forte divulgação, inclusive pela imprensa em geral No caso do Outubro Rosa, foi firmada parceria com profissionais do Soho Hair para promover cortes de cabelo no Salão dos Passos Perdidos do Palácio da Justiça, com a cobrança de um valor simbólico pelo serviço e toda a verba arrecadada, bem como os cabelos doados pelos participantes, foram destinados à Associação Rapunzel Solidária, que confecciona perucas para mulheres em tratamento quimioterápico. A iniciativa foi aberta ao público e teve grande adesão.
I – Seminário sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo	
II- Outubro Rosa – prevenção e combate ao câncer de mama	
III - Novembro azul – combate ao câncer de próstata	
IV - Dezembro vermelho – prevenção e solidariedade para superar a AIDS e o preconceito	

No site e na intranet foram lançadas 1.717 notícias (33 por semana), 254 banners (5 por semana). Houve cobertura de mais de 2 mil eventos, com 230 mil fotografias (913 por dia) e lançadas quatro edições da “Revista Justiça SP”, com um total de 39 matérias e 151.660 visualizações.

No Diário de Justiça Eletrônico (DJE) foram publicadas 46 matérias especiais, 231 edições, 3,1 milhões de páginas, 14 mil pág./edição.

Outra via importante de comunicação com o público em geral, a publicação de material institucional nas mídias sociais foi de grande importância para o ano de 2016, tendo sido alcançados os seguintes resultados:

Youtube
47 vídeos – 4/mês
115 mil visualizações
50% do total desde 2011

Instagram
7417 seguidores
95% superior a 2015
2280 postagens desde 2014
1.494 em 2016 – 29/semana

ConectJus
1926 seguidores
47 mensagens
2/semana

Facebook
267.334 mil fãs
23% acima de 2015
1293 posts em 2016 – 24/semana

Flickr
75.637 mil fotos desde 2011
15.521 novas fotos em 2016
247 álbuns em 2016

Twitter
27.700 mil seguidores
20% mais que no ano anterior
2340 posts em 2016 - 45/semana

2.14. Diálogo com os servidores

2.14.1 Canal Direto com o Presidente

O Canal Direto com o Presidente possibilita o encaminhamento de dúvidas, reclamações e sugestões dos servidores, conferindo celeridade à solução de suas demandas.

No ano de 2016, o canal reforçou sua postura multifacetária. Foram 2.844 mensagens com dúvidas, 2.179 sugestões, 1.865 críticas e 309 elogios, todas devidamente analisadas e respondidas.

2.14.2 Informação e Formação

No ano de 2016, foi conferido prosseguimento à parceria com a Escola Judicial dos Servidores (EJUS) para planejamento e organização de palestras para os servidores, não apenas na área jurídica, mas também envolvendo temas motivacionais e qualidade de vida.

Tema	Inscritos
25/2/16 – Humanização no acolhimento e nas práticas do voluntariado: contadores de histórias. Palestrante: Desembargador Antônio Carlos Malheiros. Palestrante: Valdir Cimino	Capital: 247 Interior: 479 Total: 728
9/3/16 – A linguagem corporal como ferramenta estratégica no Judiciário – técnicas para aperfeiçoamento. Palestrante: Paulo Sérgio de Camargo	Capital: 240 Interior: 661 Total: 901
15/3/16 – Ciência, consciência, espiritualidade e saúde no ambiente de trabalho. Palestrante: Fábio Cristofolletti	Capital: 246 Interior: 1.034 Total: 1.280
5/4/16 – Os servidores da justiça e o novo CPC. Palestrantes: Fernando Augusto de Vita Borges de Salles	Capital: 327 Interior: 2.947 Total: 3.724
3/5/16 – Comunicação eficaz: motivando pessoas e organizações. Palestrante: Guilherme Armando Contrucci	Capital: 208 Interior: 1.230 Total: 1.438



31/5/16 – Como utilizar melhor seu cérebro. Palestrante: Jô Furlan	Capital: 257 Interior: 1.158 Total: 1.415
30/6/16 – Temas polêmicos no direito de família. Palestrante: desembargador Antônio Carlos Malheiros	Capital: 278 Interior: 1.091 Total: 1.369
2, 9 e 16/10/16 – Programa cuide de sua mente – ciclo de palestras: o assédio moral no âmbito do serviço público. Palestrantes: desembargador Antônio Carlos Malheiros; Leila Josefina Rodrigues Vianna; Dr. Roberto Vieira de Almeida Rezende e José Roberto Montes Heloani.	Capital: 570 Interior: 1.683 Total: 2.253
07/10/16 – O poder do entusiasmo e a força da paixão para vencer os desafios do mundo moderno e do trabalho. Palestrante: Luiz Almeida Marins Filho	Capital: 240 Interior: 957 Total: 1.197
22/11/16 – Tratamento X Cura – prevenção e detecção precoce de doenças. Palestrante: José Luiz Amuratti Gonçalves	Capital: 126 Interior: 715 Total: 841
23/11/16 – Saúde e bem-estar. Palestrante: Fabiana Benatti	Capital: 100 Interior: 707 Total: 807
12/12/16 – Avanços no tratamento e prevenção do câncer. Palestrante: Daniel de Iracema Gomes Cubero	Capital: 067 Interior: 241 Total: 308



Em 2016, foram também 31.226 magistrados e servidores participantes em programas de prevenção da saúde:

Programas de Saúde em 2016	Total de participantes
Programa Prevenir Odontológico II, destinado aos magistrados e servidores, composto pela palestra “A Importância e a Influência da Saúde Bucal na Saúde Geral”, oroscopia e seleção para tratamento odontológico, foi realizado nos prédios: Juizado Especial Cível de Itaquera/Guaianazes, Fórum João Mendes Júnior e Conde do Pinhal.	794
Semana da Hipertensão e Diabetes, dirigida a magistrados e servidores da capital, realizada nos ambulatorios médicos da SAS/TJSP – de 16 a 19 de fevereiro.	452
Programa de Hipertensão e Diabetes, dirigido a magistrados e servidores, foi realizado nos prédios: Complexo Judiciário do Ipiranga e Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães.	175
Programa “Saúde em Ação” – apresentação de palestra sobre promoção de saúde e disponibilização de consultas médicas eletivas aos participantes. Realizado ao longo do ano nos prédios dos Fóruns Regionais de Santana, Butantã, Nossa Senhora do Ó e Vila Prudente.	569
Campanha de Doação de Sangue no TJSP com a Fundação Pró-Sangue – Fórum Regional do Tatuapé, Almoxarifado Central e Gráficas e Oficinas – realizado em 10 de março.	-
Programa “Medida Legal”: trata-se de estudo científico que tem como objetivo avaliar o impacto de práticas saudáveis – atividade física, reeducação alimentar e estímulo à cessação do tabagismo – na aptidão física, qualidade de vida e diminuição do risco cardiovascular das pessoas selecionadas – fevereiro a maio de 2016.	80
Programa Saúde da Mulher, visando fortalecer na consciência dos magistradas e servidoras a importância dos cuidados com a saúde e bem estar – realizado no Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães, nos dias 15 e 16 de março.	329
Ginástica Laboral – parceria com a UNIP – prédios alcançados: Fórum Regional de Santo Amaro e Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães (programa semanal de visita e ginástica laboral no ambiente de trabalho)	-
Programa “Dicas de Bem Estar e Saúde a Estagiários” – realizado no Fórum João Mendes Júnior, em 17 de março.	16
Programa “Vamos Caminhar pela Saúde” – realizado nos parques: Ibirapuera, Jaraguá, Aclimação e Tietê.	270
X Seminário “A Importância da Saúde na Gestão de Pessoas” – realizado no GADE MMDC, em 26 de abril.	296

Campanha de Vacinação contra a Gripe, dirigida a magistrados e servidores, bem como a terceirizados e estagiários (doses remanescentes) do TJSP – total de doses aplicadas pela equipe de saúde deste TJ na capital e interior.	22.215, distribuídas em 203 prédios (45 da capital e 158 do interior)
Programa Saúde Ocular – Palestra sobre Presbiopia (vista cansada) – realizado no GADE 9 de Julho, em 22 de junho.	628
“Programa Saúde do Homem” – realizado no GADE 9 de Julho, no dia 16 de agosto.	489
Programa Melhor sem Tabaco – parceria com a EJUS – palestra sobre o tema, realizada no Fórum João Mendes Júnior – Sala do Servidor, em 29 de agosto.	350
Campanha de Detecção da Hepatite C, em parceria com a ONG C TEM QUE SABER C TEM QUE CURAR, visando enaltecer a importância da prevenção das hepatites virais e a realização do diagnóstico e tratamento precoces nos portadores do vírus da hepatite “C” – realizada no Palácio da Justiça, em 31 de agosto.	50 testes realizados no evento – nenhum caso positivo
Projeto Quem Canta seus Males Espanta – conhecendo, desvendando e soltando a voz para uma vida melhor, que tem como principal objetivo promover o bem estar físico, mental e social aos participantes, por meio de atividade musical não artística – canto – realizado na sede da SAS, de 1º de setembro a 24 de novembro – encontros semanais.	30
Programa Cuide do Seu Coração – realizado no GADE 9 de Julho, no dia 29 de setembro.	435
Programa Alcoolismo: Desvendando seus Mitos e Entendendo suas Verdades, realizado em parceria com os Alcoólicos Anônimos (AA) e EJUS, no Fórum João Mendes Júnior – Sala do Servidor – em 30 de setembro.	192
Relançamento da Cartilha “Alongue-se no Trabalho” pelos meios de comunicação eletrônicos do TJSP – outubro/2016.	-
Outubro Rosa – Corte Solidário: parceria com a ONG Rapunzel Solidária e Soho Hair – realizado no Palácio da Justiça, Salão dos Passos Perdidos, em 18 de outubro.	255
Palestra Outubro Rosa – realizada em parceria com a COMESP, EJUS e CASC, no Fórum João Mendes Júnior – Sala do Servidor, em 21 de outubro.	612
Bike Tour – roteiros: Centro Histórico e Vila Madalena: passeios realizados em 6 de novembro e 11 de dezembro, respectivamente.	54

Novembro Azul – realizado em parceria com a EJUS, no Fórum João Mendes Júnior - Sala do Servidor, em 7 de novembro.	431
Programa Prevenir Cuide da Sua Mente – em parceria com o Serviço de Atendimento Psicossocial.	-
Ciclo de Palestras – Assédio Moral – FJMjr – Sala do Servidor (parceria também da CAPS): realizado em 2, 9 e 16 de setembro.	260
Palestra – Programa Prevenir “Cuide de Sua Mente” – Tema: Depressão – Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães – 21 de novembro.	81
Vacinação Dose Tríplice Viral (Sarampo, Caxumba e Rubéola) – ambulatório do Fórum Hely Lopes Meirelles, de 29 de novembro a 1 de dezembro.	441
Evento alusivo ao Dia Mundial de “Luta contra a AIDS” – em parceria com a ONG Instituto Cultural BARONG – realizado no estacionamento do Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães.	131 (total de 393 testes – HIV, hepatites B e C). Segundo resultados apresentados, foram detectados 1 caso positivo para HIV e 3 casos positivos para hepatite C
Palestra de Prevenção, Tratamento e Cura de Doenças (em parceria com a CAPS e EJUS) – 22 de novembro.	734
Palestra Saúde e Bem Estar – (em parceria com a CAPS e EJUS) – 23 de novembro.	735



2.15 Viagens Institucionais

Em 2016, o Presidente realizou 53 viagens dentro do Estado de São Paulo: foram 23 instalações e inaugurações de prédios e Varas; 9 encontros de Regiões Administrativas Judiciárias, 6 solenidades e 15 visitas a Comarcas.

Data	Comarca	Solenidade
13/5/2016	ÁGUAS DE SÃO PEDRO	Encontro Regional de Piracicaba em Águas de São Pedro ⁴
29/7/2016	ARAÇATUBA	Encontro Regional de Trabalho da 2ª RAJ
22/3/2016	ARARAQUARA	Instalação da 6ª Vara Cível
28/4/2016	ASSIS	Instalação da 3ª Vara Criminal
25/5/2016	ATIBAIA	Reunião com autoridades locais e magistrados e visita aos prédios – fórum atual e o desativado
25/8/2016	BATATAIS	Instalação da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal
2 e 3/6/2016	BAURU	Instalação da 3ª Vara da Família e das Sucessões e visita ao prédio transferido da Secretaria da Cultura para o TJ / Encontro Regional de Trabalho da 3ª RAJ
25/5/2016	BRAGANÇA PAULISTA	Reunião com autoridades locais e magistrados
18/3/2016	CAMPINAS	Encontro Regional de Trabalho da 4ª Região Administrativa Judiciária
30/8/2016	CARAPICUÍBA	Visita
21/10/2016	CESÁRIO LANGE	Visita às dependências da UDAJ e instalação do Posto do CEJUSC da Comarca de Tatuí no município de Cesário Lange
11/2/2016	EMBU DAS ARTES	Inauguração das novas instalações do fórum
26/8/2016	FRANCA	Reunião com juízes e visita à dependências do fórum
11/11/2016	GUARUJÁ	Almoço com os magistrados e visita ao fórum
22/09/2016	GUARULHOS	Reunião com Juízes de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel
18/11/2016	IBATÉ	Visita às instalações do fórum e reunião com os magistrados
28/7/2016	ILHA SOLTEIRA	Entrega de prédio

⁴ Evento promovido pela APAMAGIS

20/10/2016	ITAPECERICA DA SERRA	Visita e reunião com magistrados da 52ª Circunscrição Judiciária – Itapecerica da Serra, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapevi, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista
15/9/2016	JACAREÍ	Visita às instalações do fórum e reunião com magistrados
28/7/2016	LUCÉLIA	Instalação da 2ª Vara
28/4/2016	MARTINÓPOLIS	Instalação da 2ª Vara
5/2/2016	MATÃO	Entrega do novo fórum
19/8/2016	MAUÁ	Instalação das 1ª e 2ª Varas da Família e das Sucessões e da Vara do Júri, das Execuções Criminais e da Infância e da Juventude
30/8/2016	OSASCO	Reunião com os juízes da 4ª CJ – Osasco
7/10/2016	OURINHOS	Solenidade de comemoração da elevação da comarca de Ourinhos à entrância final
28/7/2016	PACAEMBU	Inauguração das novas instalações do fórum e instalação da 2ª Vara
15/6/2016	PERUÍBE	Entrega do prédio do fórum
13/5/2016	PIRACICABA	Inauguração do prédio destinado ao Ofício Judicial da Vara da Fazenda Pública
14/4/2016	PITANGUEIRAS	Instalação da 2ª Vara
1º/4/2016	PRAIA GRANDE	Visita ao fórum
29/4/2016	PRESIDENTE PRUDENTE	Encontro Regional de Trabalho da 5ª RAJ – Presidente Prudente
18/3/2016	RIBEIRÃO PRETO	“Curso de Capacitação em Conciliação e Mediação à Luz do Novo CPC” ⁵
15/4/2016	RIBEIRÃO PRETO	Inauguração da sede regional do Museu do Tribunal de Justiça na 6ª Região Administrativa Judiciária, com descerramento de placa atribuindo a denominação “Doutor Sylvio Ribeiro de Souza” e visita ao DEECRIM / Encontro Regional de Trabalho da 6ª Região Administrativa Judiciária / Instalação do Posto do CEJUSC, nas dependências da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – USP

⁵ Evento realizado pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP.

25/8/2016	RIBEIRÃO PRETO	Instalação do Anexo do Juizado Especial da Fazenda Pública e de Denominação do prédio da 6ª Diretoria Administrativa Judiciária
5/8/2016	SALESÓPOLIS	Inauguração das novas instalações do fórum e instalação do Juizado Especial Cível
19/8/2016	SANTO ANDRÉ	Almoço (após a solenidade em Mauá)
20/9/2016	SANTO ANDRÉ	Reunião com juízes de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra
1º/4/2016	SANTOS	Encontro Regional de Trabalho da 7ª Região Administrativa Judiciária
11/11/201	6SANTOS	Visita ao 1º DP, jornal “A Tribuna” e ao fórum
23/9/2016	SÃO CAETANO DO SUL	Comemoração da elevação da Comarca à entrância final
18/11/2016	SÃO CARLOS	Visita às instalações do fórum, reunião com os magistrados e almoço
23 e 24/6/2016	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Jantar com magistrados e encontro Regional de Trabalho da 8ª RAJ
5/8/2016	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Encontro Regional de Trabalho da 9ª RAJ
1º/4/2016	SÃO VICENTE	Inauguração da Casa da Família
6/5/2016	SOROCABA	Encontro Regional de Trabalho da 10ª RAJ
21/10/2016	TIETÊ	Visita às dependências do fórum e reunião com juízes

Acrescente-se, a esses deslocamentos, 20 viagens para fora do Estado de São Paulo: 5 solenidades, 4 encontros do Conselho dos Tribunais de Justiça e 11 reuniões em Brasília.



CONCLUSÃO

No ano de 2016, procuramos desencadear ações que, em conformidade com o estabelecido no Plano de Gestão do Biênio 2016-2017 e no Planejamento Estratégico 2015-2020, permitissem avanços na estrutura e funcionamento do Tribunal de Justiça.

Há muito ainda por fazer.

No plano de tecnologia da informação, estamos realizando os últimos testes no aplicativo TJSP Móvel, que oferecerá ao jurisdicionado uma alternativa moderna de acesso aos principais serviços digitais do TJSP através de celular, ferramenta que pretendemos disponibilizar em 2017.

Na mesma toada, a expansão do Cartório do Futuro caminha a passos largos, com perspectiva de implantação, em 2017, não apenas dos primeiros pilotos no interior e litoral, mas também de novas unidades na capital.

O aprimoramento dos mecanismos de integração com os Tribunais Superiores e o início da operação do Portal de Custas, por sua vez, permitirão conferir maior celeridade à tramitação de nossos processos.

Além disso, seguindo a linha proposta desde o início da gestão, nossa identidade visual tem se transformado positivamente. Prova disso é o Novo Portal TJSP, mais rápido e ágil na navegação, abrigando informações de utilidade pública, além de nosso vídeo institucional e breves mensagens sobre serviços que disponibilizamos. Pretendemos, até o final de 2017, atualizar, segundo as novas diretrizes, todas as páginas vinculadas ao portal.

Prosseguiremos investindo esforços na capacitação de nossos servidores através de programas como o Justiça Bandeirante e, em parceria com a EJUS e SENAC, o curso de formação de líderes.

Buscaremos o aprimoramento do Programa Judiciário Eficiente e as consequentes melhorias nos fluxos de trabalho das unidades judiciais e administrativas, com reconhecimento público, através de selo ou certificado de excelência, dos êxitos locais de gestão.

Com a revitalização da unidade de gerenciamento de projetos, organizando as ações de gestão e viabilizando o sistemático acompanhamento de sua execução, será possível alcançar patamares ainda mais elevados de eficiência administrativa.

Os resultados positivos alcançados com essas novas balizas de administração já começam a despontar e acreditamos em sua ampliação ao longo de 2017.

Em junho de 2016, o Judiciário paulista registrou a maior produtividade de sua história. Foram 6.536.737 processos movimentados em primeiro grau, 302.000 com decisão definitiva, representando crescimento superior a 20% em relação ao mesmo mês de 2015. No segundo grau de jurisdição, o estoque de recursos experimentou redução na ordem de 60.900 feitos. Em agosto, o Tribunal superou essa marca histórica em 24,6%, com um novo recorde: 376.271 processos baixados e 7.050.025 movimentados.

Cada magistrado e cada servidor são essenciais para a construção do futuro de nosso Judiciário e, somente juntos, superaremos as dificuldades do caminho.

Muito obrigado.

Paulo Dimas de Bellis Mascaretti
Presidente do Tribunal de Justiça
do Estado de São Paulo



